

Fat não libera verba para pagar dívida hospitalar

Geraldo Magela

Os representantes do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) rejeitaram ontem, durante reunião extraordinária do conselho, a proposta feita pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, para que o FAT emprestasse US\$ 700 milhões (cerca Cr\$ 37,1 trilhões no câmbio comercial de ontem) à Saúde. Por unanimidade, os conselheiros concluíram que do total de US\$ 2,1 bilhões dos recursos do FAT, depositados no Banco Central, somente US\$ 150 milhões estão disponíveis para empréstimos.

Devido às divergências entre os conselheiros com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, foi formada uma comissão para examinar o assunto. A comissão, com representantes do Governo, trabalhadores e empresários, reúne-se amanhã para nova rodada de negociações com o Ministério da Fazenda.

Na reunião de ontem, Clóvis Carvalho propôs ao FAT o empréstimo de Cr\$ 35 trilhões, que seria garantido ou lastreado com títulos do Tesouro e pago em cinco prestações anuais — a primeira delas venceria em setembro do próximo ano. As prestações seriam remuneradas com a TR mais 5% de juros ao ano, como ocorre com os títulos públicos. A liberação do empréstimo, de acordo com essa proposta, seria feita em três meses.

“Não concordamos com o montante pedido nem com o financiamento nos próximos seis anos, porque essa é uma proposta absolutamente inaceitável”, reclamou o representante da CUT no Codefat, Ivan Guimarães. O representante

da Força Sindical, Willy Fischer, disse que se o FAT emprestar mais uma vez dinheiro à Saúde, esta terá que pagar o fundo no máximo em 60 dias.

Crítica — Fischer criticou a prática que vem se tornando rotina no Governo, segundo ele, de fazer com que o FAT empreste dinheiro para setores fora da rubrica constitucional. “Esse já é o terceiro pedido de empréstimo da Saúde para o FAT, mas isso não pode se perpetuar, a não ser que queiram transformar o FAT no fundo de amparo a tudo”, disse.

O secretário de Políticas de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Alexandre Loloian, resumiu a situação dos recursos do FAT. Segundo ele, do total de US\$ 2,1 bilhões, US\$ 908 milhões representam a reserva mínima de liquidez que o FAT precisa ter no Banco Central. Outro US\$ 1 bilhão está comprometido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a geração de empregos; US\$ 50 milhões estão destinados ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) e outros US\$ 8 milhões foram aplicados na informatização das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs). Sobram, portanto, US\$ 150 milhões.

Os dois outros empréstimos do FAT à Saúde, feitos em 1991 e 1992, de acordo com Loloian, ainda não foram pagos, e estão avaliados em US\$ 911,8 milhões, a preços de 31 de maio deste ano. Esses empréstimos também foram feitos para pagamento em cinco prestações anuais, lastreados por títulos públicos, e o primeiro retorno desse dinheiro está previsto para outubro de 1994.



Clóvis Carvalho propôs o pagamento em cinco parcelas anuais